

Processo legislativo e antropologia: dá jogo?

MARCIA ANITA SPRANDEL 
Senado Federal | Brasília, DF, Brasil
maspran@senado.gov.br

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v30i1pe187691

resumo Falar sobre o Congresso Nacional como campo de atuação profissional de antropólogas e antropólogos, exige discorrer brevemente sobre as representações sobre a antropologia nos discursos parlamentares e o crescente espaço técnico e político ocupado pela antropologia no processo legislativo, mesmo num contexto político adverso para as populações por ela tradicionalmente estudadas. Nesse processo, importante também identificar as etnografias que têm o Parlamento como objeto e o que estão debatendo.

palavras-chave Legislativo. Poder. Trabalho. Senado. Profissionalização

Legislative process and anthropology: how does it works?

abstract Talking about the Brazilian National Congress as a field of professional activity for anthropologists requires briefly discussing representations about anthropology in parliamentary discourses. It also requires the growing technical and political space occupied by anthropology in the legislative process, even in an adverse political context for populations they traditionally studied. In this process, it is also important to identify the ethnographies that have the Parliament as its object and what they are debating.

keywords Legislative. Power. Work. Senate. Professionalization

Proceso legislativo y antropología: ¿esto funciona?

resumen Hablar del Congreso Nacional como campo de actividad profesional de los antropólogos y antropólogos requiere discutir brevemente las representaciones sobre la antropología en los discursos parlamentarios además del creciente espacio técnico y político que ocupa la antropología en el proceso legislativo, incluso en un contexto político adverso para las poblaciones. En este proceso, también es importante identificar las etnografías que tienen al Parlamento como objeto y lo que están debatiendo.

palabras clave legislativo. Poder. Trabajo. Senado. Profesionalización.



e187691

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v30i1pe187691>

Antropologia na tribuna

O senador roraimense Mozarildo Cavalcante, médico e maçom, foi dos primeiros a falar em antropologia na tribuna do Senado. Havia muita tensão com o governo federal em função da demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, ocorrida em abril de 2005. O senador Mozarildo foi, durante anos, o porta-voz de duras críticas ao trabalho antropológico.

Infelizmente, no Brasil, por uma interpretação equivocada da Constituição de 1988, demarcam-se reservas indígenas por causa de algum laudo antropológico feito por uma, duas ou três pessoas - uma espécie de colegas de Deus - que resolvem dizer que aquela área era, historicamente, pertencente a esta ou àquela etnia, e se expulsam da região pessoas que ali estavam há mais de um século, por meio de uma cadeia familiar. (Pronunciamento de Mozarildo Cavalcanti em 12/07/2007)

Se o governo demarcar toda a extensão reivindicada por sem-terra, índios, quilombolas, ambientalistas e ideólogos do atraso vestidos de antropólogos, sobrarão para as atividades produtivas apenas 8% do território nacional. (Pronunciamento de Mozarildo Cavalcanti em 06/05/2010)

Mas lá nenhum índio usava cocar mais, (...), mas os antropólogos pregaram que eles tinham de voltar a se vestir mais ou menos como se vestiam os índios quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil. (Pronunciamento de Mozarildo Cavalcanti em 06/05/2010)

Na disputa por terras e territórios ocupadas pelos povos indígenas e populações quilombolas, a atuação da antropologia é considerada um obstáculo. Nos excertos de pronunciamento acima fica claro que o saber antropológico é constantemente questionado diante das percepções das elites locais, localizadas e inscritas no tempo. O questionamento à legitimidade dos laudos antropológicos teve seu ápice em 2016, na instalação da CPI da Funai/Incra, que resultou em 67 indiciamentos e na quebra de sigilo bancário e fiscal da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Essa é uma tensão latente e com perspectivas de crescimento diante da pauta prioritária do governo de Jair Bolsonaro, que inclui a regularização de *grilagens* e desmatamento, o fim do licenciamento ambiental, a paralisação das demarcações de terras indígenas e do reconhecimento de territórios quilombola e a autorização para mineração em terras indígenas. Uma pauta onde a antropologia tem legitimidade técnica e política para atuar e se posicionar.

O saber antropológico e o processo legislativo

Por ser capital federal, em Brasília se cruzam interesses e pautas de políticos, empresários, integrantes do judiciário, representantes de movimentos sociais e de entidades da sociedade civil, entre outros setores da sociedade. Dentro das duas Casas do Congresso Nacional, a presença destes atores no processo legislativo se dá por meio de participação em audiências públicas para debate de projetos de lei ou temas polêmicos e de trabalho de *advocacy* nos corredores e gabinetes parlamentares, incluindo antropólogos/os e sua associação científica.

A incidência da antropologia no processo legislativo também se dá por meio notas técnicas, manifestações ou moções da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Essa relação da antropologia com o Congresso não é recente. Antropólogas e antropólogos brasileiros tiveram papel destacado na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, tendo contribuído para a elaboração de dispositivos constitucionais protetivos dos direitos de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais.

Numa análise apenas de matérias legislativas que acompanhei como assessora técnica, pode-se afirmar que a participação de antropólogos/os foi fundamental para os trabalhos da CPI do Tráfico de Pessoas (Senado, 2000) e para a elaboração da Lei do Tráfico de Pessoas (2016) e da Lei de Migração (2017).

No começo de 2021, a Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), pela primeira vez, contratou um assessor parlamentar para acompanhar e incidir sobre a pauta legislativa. As articulações desse assessor, doutorando em antropologia social na UnB, têm sido exitosas. Em relativamente pouco tempo estava participando de diferentes grupos fechados de WhatsApp relacionados à pauta legislativa e fazendo a conexão, num *timing* correto, entre a pauta legislativa e a análise técnica dos vários comitês científicos da associação. Uma dessas análises refere-se ao PL 3729/2004 (Licenciamento ambiental) e foi entregue, juntamente com as de outras instituições, ao Presidente da Câmara dos Deputados, o que resultou em notícias com o nome da ABA em emissoras de rádio e redes de televisão.

O Congresso como aldeia

Em se tratando de espaços não tradicionais de pesquisa antropológica, como o Congresso Nacional, ensina Mariza Peirano (2014) que é a potência do estranhamento que dá início ao trabalho de campo. No caso do Parlamento, o estranhamento é causado pelos discursos parlamentares, pelos rituais do processo legislativo, pelas espacialidades rigidamente demarcadas e pelas corporalidades observadas nas relações de parlamentares entre si e com o público.

Esta etnografia de espaços da política aparece na produção de pesquisadores e pesquisadores do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), especialmente nos trabalhos de

Moacir Palmeira (1996), Mariza Peirano (1997), Carla Teixeira (1998), Marcos Otávio Bezerra (1999), Beatriz Heredia (2002) e Marcia Sprandel (2004).¹

Mais recentemente, temos os trabalhos de Laura Lowenkron (2015), que estudou a CPI da Pedofilia, de Lígia de França Carvalho Fonseca (2015), que analisou os discursos da Frente Parlamentar da Agropecuária, de Luís Augusto Bittencourt Minchola (2020), que analisou o processo de elaboração da nova Lei de Migração e de Júlia Dalla Costa (2020), que estudou a CPI Funai/Incra².

Como já apontado em Sprandel (2021), tais trabalhos mostram que a tramitação de um projeto de lei é fortemente influenciada pelas relações que acontecem nos corredores, plenários, gabinetes, antessalas e gramados do Congresso Nacional, reunindo os mais diversos atores políticos, sociais e empresariais.

Antropologia e os espaços públicos

Trabalho no Senado, há mais de 20 anos, como assessora técnica de uma liderança partidária, mas não sou “da Casa” (concurada). Diferentemente de órgãos como o Ministério Público, Incra e Funai, não existe no legislativo federal concurso específico para antropólogas/os. O Legislativo exige de seus funcionários, sobretudo, domínio sobre os dispositivos da Constituição, dos Regimentos Internos e da legislação em geral.

Trabalho com uma equipe que tem advogadas/os, economistas, jornalistas, educador, cientista político, historiadora e dois antropólogos, eu e Marcos Souza, que também é gestor público. Embora tenhamos papel importante na articulação com a sociedade e na reflexão sobre a conjuntura, nossa principal atividade é analisar projetos de leis, PECs ou MPs, resumi-los, sugerir estratégias para aprovação ou rejeição, preparar emendas ou votos em separado e – antes de março de 2020- estar ao lado dos parlamentares nas comissões ou plenários para socorrê-los caso necessário.

As referências autobiográficas no texto são importantes para a compreensão, em parte, das transformações do campo de atuação de antropólogas/os nas duas últimas décadas. Nesses anos todos de Senado Federal, além da tese de doutorado, escrevi artigos sobre a CPI do Tráfico de Pessoas e sobre a elaboração do Estatuto do Estrangeiro (1980), da Lei de Refúgio (1997), da PEC do Trabalho Escravo (1999), da Lei do Tráfico de Pessoas (2016) e da nova Lei de Migração (2017), entre outros.

¹ Em 2001, defendi tese de doutorado no PPGAS/UnB, sob orientação de Mariza Peirano. O trabalho resultou de observações sobre a CPI Mista de Combate à Pobreza.

² Como a “etnografia de espaços públicos” e a “etnografia da fala”, categorias utilizadas por Ligia Fonseca (2014) ou como a “etnografia em arquivos”, utilizada por Minchola (2020), as propostas de etnografias do processo legislativo buscam também contribuir para solidificar esse campo de pesquisa

Em algumas reuniões brasileiras de antropologia e reuniões de antropologia do Mercosul organizei, ao lado de José Gabriel Silveira Corrêa (UFCEG), grupos de trabalho sobre o tema do exercício da antropologia fora da academia. Também discuti o assunto em seminário da UFPEL, quando havia certa tensão em função das demandas organizativas de antropólogas e antropólogos que são concursados, ou seja, que preencheram vagas públicas pensadas para profissionais com essa formação.

Também participei da Mesa Temática “Antropologia e novas possibilidades”, coordenada por Carlos Guilherme do Valle (UFRN) na XI Semana de Antropologia da UFRN (Antropologia: profissão, campos de trabalho e formação), realizada em março de 2012. Na mesa, formada por três antropólogas que não atuavam na academia – eu, Paula Balduino de Melo (então Coordenadora do Projeto Quilombos das Américas: articulação de comunidades afro-urbanas), e Mônica Nogueira (então Coordenadora da ONG Casa Verde e membro da Rede Cerrado) –, percebi-se uma “coincidência”: as três haviam feito doutorado sem dedicação exclusiva, ou seja, trabalhando regularmente, e relataram a experiência de trabalhar em equipes multidisciplinares, o que é raro na academia.

História de vida

A decisão de trabalhar no Senado envolveu imponderáveis, interesse pela política e preocupação social. Iniciei meus estudos universitários em Porto Alegre, cursando História. Em 1980, com 20 anos, transferi o curso para o Rio de Janeiro (RJ). No Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Largo de São Francisco, tive colegas com quem viria a trabalhar mais tarde, em Brasília, como Átila Pereira Roque, hoje chefe do Escritório da Fundação Ford no Brasil. Nessa mesma época, iniciei período de três anos de estágio no Programa Nacional de Microfilmagem de Periódicos, na Biblioteca Nacional. O projeto previa a microfilmagem de todos os periódicos brasileiros e meu trabalho foi identificar títulos, visitar acervos, preparar o material para ser microfilmado e atender o público usuário da Sessão de Microfilmes.

Era comum ser convidada para trabalhar como assistente de pesquisa de mestrados e doutorandos, o que fazia após cumprido o horário do estágio. Duas dessas pesquisas foram especialmente ricas e instrutivas. Uma delas, sobre as atividades da Academia de Ciências de Lisboa no Brasil, feita para o Prof. Leopoldo Jobim (USP/SP), para sua tese de doutoramento, intitulada Academia de Ciências de Lisboa e o Iluminismo Luso-Brasileiro. A outra foi feita para o Prof. Leandro Konder (UFRJ/RJ) para sua tese de mestrado intitulada “Influência das ideias marxistas no Brasil”. Para os jovens antropólogos João Pacheco de Oliveira Filho e Alfredo Wagner Berno de Almeida, localizei no Diário Oficial decretos desapropriatórios de terras indígenas e antigos jornais de sindicatos de trabalhadores rurais.

Importante lembrar que eram os anos 1980, quando ainda não existiam computadores pessoais nem Internet no Brasil. As pesquisas eram feitas em imensos fichários de madeira, com inúmeras e compridas gavetas, onde o acervo das diversas seções da Biblioteca Nacional (Acervo Geral, Periódicos, Manuscritos, Obras Raras e Microfilmes) estava disponível por título, autor ou assunto, em ordem alfabética.

Na Biblioteca Nacional aprendi a ser historiadora e a organizar acervos. Após a formatura em História, em 1985, fui contratada pela Fundação Pró-Memória para trabalhar no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Há poucos meses nessa função recebi um telegrama de Alfredo Wagner me convidando para trabalhar no recém-criado Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), em Brasília, com a função de organizar o arquivo de conflitos de terra da Coordenaria de Conflitos Agrários (CCA).

No MIRAD, além de Alfredo, estavam os antropólogos João Pacheco de Oliveira Filho e Moacyr Palmeira, ambos do Museu Nacional, e Maristela Andrade, da Federal do Maranhão. Reencontrei os colegas de IFCS Atila Roque e Andréa Vitor e, durante cerca de um ano e meio, minha vida foi arquivar (por Unidade da Federação, Município e imóvel) cartas, telegramas, notícias de jornal, registros de telefonemas e depoimentos de trabalhadores rurais. O material resultante se tornaria peça fundamental para a instrução de processos de desapropriação emergencial por interesse social.

De volta ao Rio, fiz seleção para o mestrado no PPGAS do Museu Nacional. Meu projeto inicial era estudar o pistoleiro, personagem importante de muitos dos conflitos fundiários que conhecera em Brasília. A violência fazia parte de minhas inquietações como pesquisadora desde a graduação, quando comecei a escrever sobre a relação entre traficantes e a população nas Favela da Coréia e do Rebu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Foi quando me dei conta de quão complicado seria trabalhar com a metodologia da História. A leitura de *A Máquina e a Revolta*, de Alba Zaluar, me instigou para a antropologia. O trabalho no MIRAD, na sequência, me convenceu a prestar exames para o Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ)

No final da década de 80 fiz trabalho de campo em Lago do Junco (MA), em uma área de conflitos pela posse da terra. Foi um campo riquíssimo, mas difícil e inseguro. De volta, fiz o curso “Grupos étnicos e Estados Nacionais”, ministrado por João Pacheco e Antônio Carlos Souza Lima. O trabalho de curso, sobre famílias de agricultores brasileiros que viviam no Paraguai e retornaram ao Brasil identificando-se perante o Estado como “brasiguaios”, se tornaria o embrião de minha dissertação de mestrado.

Tive colegas no Museu Nacional que até hoje são meus interlocutores e amigos, como Ângela Torresan, Tomke Lask, Mércia Batista, Henyo Barreto Filho, Sidnei Clemente Peres e

Carlos Guilherme do Valle. Com eles, fiz excelentes cursos com Moacyr Palmeira e Beatriz Heredia³ sobre sociedades camponesas, patronagem e política.

De volta à Brasília, em 1995, me preparei para fazer a seleção de doutorado no PPGAS/UnB. Já selecionada e com bolsa, fui chamada para trabalhar na Liderança do Partido dos Trabalhadores, no Senado. O salário era muito maior que a bolsa e eu tinha um filho pequeno. Além disso, a política e seus espaços faziam parte de minha vida desde criança. Durante a ditadura, iniciada em 1964, algumas reuniões da bancada do MDB do Rio Grande do Sul eram feitas na minha casa, que ficava próxima à Assembleia Legislativa.

Minha orientadora de doutorado, Mariza Peirano, sugeriu que eu estudasse o meu local de trabalho, o Congresso Nacional. Quando decidi que meu objeto de estudo no doutorado seria sobre as representações sobre a pobreza no Brasil, a partir dos trabalhos da Comissão Mista de Combate à Pobreza, passei a integrar o Projeto de Extensão Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), fundado em 1997, que reúne pesquisadores de várias instituições.

Com o objetivo explícito de examinar a política vivida, dando ênfase à etnografia, o NuAP publicou 33 livros e evidenciou que a política, mesmo quando explicitamente definida para pesquisa e análise, era uma categoria sempre em negociação:

Tal orientação pautou uma multiplicidade de estudos sobre os mais variados temas, incluindo pesquisas sobre eleições, comícios, marchas e movimentos sociais, festas da política, violência e crimes por encomenda, direitos, perda de mandato de congressistas, políticas públicas, monografias sobre a vida em pequenos municípios e cidades periféricas, documentos e identificação cívica – a maioria resultado da análise de eventos, situações específicas, dramas, rituais, casos críticos. Este resultado da opção etnográfica do projeto em torno do qual originalmente se articulou o NuAP tem permitido revitalizar a perspectiva teórica primeira e básica da antropologia – a de que *a procura da alteridade reposiciona, quando não implode, as categorias classificatórias paralisantes a que aderimos no mundo ocidental, produzindo mais dúvidas e originando novos e ricos questionamentos.* (Site do Nuap, página inicial, grifo nosso)

Embora tenha recebido todo apoio do então Líder, Eduardo Suplicy, com quem discutia os programas de curso, em termos funcionais meu título de doutora não fazia muita diferença. Como já foi dito, o trabalho no Legislativo exige, sobretudo, domínio sobre os dispositivos da Constituição, dos Regimentos Internos e das leis.

³ Também foram nossos professores Eduardo Viveiros de Castro, Lygia Sigaud, Luís Fernando Dias Duarte e Roberto Da Matta

Éramos uma assessoria bastante qualificada, com doutores e mestres. Como os Líderes da bancada do PT mudam anualmente, uma assessoria fortemente técnica é considerada a garantia da continuidade do trabalho. Nessa mesma época fui convidada para ser consultora da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em um projeto trinacional de enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. A partir dessa primeira experiência, trabalhei em outros projetos de organismos internacionais, como a OIT, o Unicef, o UNODC e o UnAids.

Isso significou, para minhas ponderações e práticas, acrescentar ao fluxo constante de informações e reflexões entre a pauta legislativa e a academia, que já existia, as pautas dos organismos internacionais, buscando identificar como elas influenciam na criação ou alteração de leis e na formulação de políticas públicas.

Nesse tempo todo, onde eu me posicionei academicamente? Inicialmente, no grupo de pesquisadores de campesinato. Já tivera a experiência no MIRAD e fizera surveys em Lago do Junco (MA) e na Ilha do Marajó (PA). Ser durante anos consultora do projeto de trabalho escravo da OIT, até a realização de sua avaliação final, também me manteve ligada à temática do campo. Além disso, Suplicy me designara para acompanhar as reuniões do Núcleo Agrário do PT na Câmara dos Deputados, que reúne parlamentares, assessores e movimentos sociais, o que faço até hoje.

Embora tenha mantido as lentes de antropóloga sempre postas em todas essas atividades, não me tornei uma pesquisadora da área de campesinato. Quando meus objetos iniciais de estudo, os camponeses brasiguaios que conhecia ainda no MIRAD, passaram a ser incorporados ao grupo de “brasileiros no exterior”, categoria criada na década de 90 para se referir aos emigrantes brasileiros que saíram em quantidades significativas do País durante o governo Collor, me aproximei de duas antropólogas que estudavam migrações, Giralda Seyferth e Bela Feldman Bianco, grandes mestras e interlocutoras.

Como integrante do Comitê de Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde então, minha contribuição teórica tem sido sobretudo analisar o processo legislativo que leva à aprovação de novas leis, como a Lei de Migração e a Lei do Tráfico de Pessoas.

A agenda do tráfico de pessoas, por sua vez, me aproximou de pesquisadores que se tornariam referência, numa interlocução constante: Adriana Piscitelli (Unicamp), Ela Wiecko de Castilhos (PGR), Flávia Teixeira (UFU), Ana Paula da Silva (UFF), Thaddeus Blanchette (UFRJ) e Guilherme Mansur Dias (ENAP).

Embora ainda sejamos poucas antropólogas/os trabalhando no Congresso Nacional, penso ser essa uma promissora área de atuação profissional, que pode ser acessada através de concursos públicos para preenchimento de vagas de assessores, técnicos e consultores

legislativos⁴ das duas Casas, ou por meio de seleções realizadas por parlamentares ou partidos, para formação de equipes técnicas.

Em artigo recente sobre as perspectivas profissionais da profissão, que recomendo fortemente, foi observado que o contexto de ofensiva aos direitos que se vive no país trará de volta os recursos da cooperação internacional para a sociedade civil “nas áreas de direitos humanos, meio ambiente, povos indígenas e *advocacy* em geral, o que deve abrir novos postos de trabalho em organizações da sociedade civil que atuam nessas áreas e em assessorias a organizações do movimento social” (Sprandel e Barreto, 2018: 281). Existe, ainda, no setor empresarial envolvido com selos de responsabilidade social, a contratação de assessorias parlamentares ou de pequenas empresas que realizam trabalhos de *advocacy* para terceiros.

Voltando ao estranhamento inicial em relação às atividades do Congresso Nacional, já vi pesquisadoras e pesquisadores passarem por um mesmo processo crescente de compreensão e encantamento com o processo legislativo e seus meandros. Em artigo recente, proponho uma etnografia desse processo por meio de pesquisa de documentos associada à trabalho de campo. Ao apresentar uma forma possível de organização dos dados disponíveis nos sítios de pesquisa da Câmara e do Senado, de forma a se extrair deles o máximo de informações e cruzamentos, pretendo, sobretudo, provocar nas novas gerações o interesse na etnografia do processo legislativo.

A etnografia do processo legislativo, ao observar as conexões ampliadas entre matérias que são comumente analisadas isoladamente, revela muito *sobre os diferentes projetos e agendas que são diariamente negociados dentro do Congresso Nacional*. (Sprandel, 2021: prelo. Grifo nosso)

Dá jogo

Embora se reconheça o impacto da antropologia para além da academia, persistem os desafios para a participação de antropólogas/os na esfera pública, sobretudo num contexto em que os povos tradicionais estão perdendo seus direitos e o saber antropológico é questionado por elites locais e seus representantes no Congresso Nacional.

Contudo, concluo este breve ensaio arriscando afirmar que a união entre a antropologia e o processo legislativo não só dá jogo como ainda serão muitas as possibilidades de estudos, incidência e trabalho profissional tendo como objeto o processo de formulação de leis. É um campo em consolidação, com crescente participação de jovens antropólogas e antropólogos, o

⁴ À Consultoria Legislativa, compete a prestação de consultoria e assessoramento especializado à Mesa, às Comissões e aos Senadores, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional, para o desempenho de suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, bem como consultoria e assessoramento eventual à Secretaria-Geral da Mesa e à Diretoria-Geral.

que permite antever a realização de excelentes etnografias que colocarão luzes sobre os opacos meandros do debate político no Congresso Nacional.

Referências bibliográficas

- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia da Política.
- COMERFORD, John Cunha; BEZERRA, Marcos Otavio. 2013. *Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política*. Lisboa. *Análise Social* n° 207.
- DALLA COSTA, Julia Marques. 2019. *O "agir temerário, fraudulento e tirânico": a antropologia e os antropólogos segundo a CPI da Funai e do Incra (2015-2017)*. Brasília: Universidade de Brasília.
- FONSECA, Ligia de França Carvalho. 2015. *Etnografando repertórios políticos no Congresso Nacional*. Dissertação de mestrado. Natal: UFRN/PPGAS.
- HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla e BARREIRA, I. (orgs.). 2002. *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- LOWENKRON, Laura. 2015. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos plano*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. 2020. *Uma análise do processo de elaboração da Nova Lei de Migração brasileira*. Dissertação de mestrado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.
- PALMEIRA, Moacir e BARREIRA, C. (orgs.). 2006. *Política no Brasil: visões de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP/UFRJ.
- PEIRANO, Marisa. 1997. *Antropologia política, ciência política e antropologia da política*. Três Ensaio Breves. Brasília: Série Antropologia.
- PEIRANO, Marisa. 2014. *Etnografia não é método*. *Horizontes Antropológicos*, ano 20, n. 42: 377-391.
- SPRANDEL, Marcia Anita. 2004. *A Pobreza no Paraíso Tropical. Interpretações e Discursos sobre o Brasil*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP.
- SPRANDEL, Marcia Anita. 2021. *Etnografia da Lei 13344/2016 (Tráfico de Pessoas)*. Campinas, MPT/Pagu-Unicamp. (prelo)
- SPRANDEL, Marcia Anita; BARRETO, Henyo Trindade. 2018. "Profissionais com formação em antropologia para quê? Uma apreciação das transformações contemporâneas no campo de atuação profissional em antropologia". In: SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs). *O Campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, pp.259-284.
- TEIXEIRA, Carla Costa. 1998. *A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949 -1994)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP - Coleção Antropologia da Política.

sobre a autora

Marcia Anita Sprandel

É assessora técnica no Senado Federal desde 1997. Possui graduação em História, com mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS do Museu Nacional e doutorado em Antropologia pelo PPGAS da Universidade de Brasília.

Contribuição de Autoria: Não se Aplica

Financiamento: A produção deste ensaio não contou com nenhum financiamento.

Recebido em 05/03/2021

Aceito para publicação em 02/06/2021